

JE

Jornal dos Economistas

Nº 387 Novembro de 2021

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Inflação dos pobres

Paulo Jager, Fernando Amorim Teixeira, Victor Leonardo de Araujo, Marisa Silva Amaral, Débora Pimentel e Camila de Caso debatem a crise econômica brasileira, em particular a elevação da taxa de inflação e seus impactos sociais.



Fórum analisa a Segurança Pública sob a ótica da desigualdade racial e social

Resumo da monografia premiada de Natália Ferreira Trigo, da PUC-Rio

Inflação dos pobres

O espectro da inflação ronda a economia brasileira, com impactos nefastos sobre as camadas populares.

Paulo Jager e Fernando Teixeira, do Dieese, acreditam que a alta da Selic vai atrofiar ainda mais a estrutura produtiva, emprego e salários e pode não ter o efeito desejado no câmbio, que será pressionado pelo cenário eleitoral. Com o câmbio solto, a política de preços da Petrobras, a instabilidade política e a crise hídrica, a carestia seguirá maltratando as famílias pobres.

Victor Leonardo de Araujo, da UFF, elenca os erros do governo, que determinaram a aceleração inflacionária: manutenção da Selic abaixo da taxa de juros internacional somada ao prêmio de risco; política de preços da Petrobras; e gestão caótica dos recursos hídricos.

Marisa Amaral, da UFU, destaca que a elevação da Selic é ineficaz para reduzir uma inflação de oferta. Todos os caminhos levam à crise e o estímulo do Estado é a única saída para se construir uma pinguela para o futuro e mitigar a calamidade que condena 14 milhões de brasileiros ao desemprego, 27 milhões à pobreza e 19 milhões à fome.

Débora Pimentel, da UFRRJ, avalia que o governo abriu mão de instrumentos para conter a inflação com o desmonte das políticas reguladoras de preços de alimentos da Conab, a mudança da política de preços da Petrobras, a política do BC de manutenção dos juros abaixo do patamar ditado pelas taxas internacionais e sua inação para coibir a volatilidade do câmbio.

Camila de Caso, assessora econômica na Câmara dos Deputados, constata que a inflação de alimentos e preços administrados é ruim para todos, mas é muito pior para os pobres. Os pronunciamentos e ações do Ministro da Economia e presidente do BC e as denúncias sobre as *off-shore* evidenciam que o vilão da inflação está dentro do governo.

Fora do bloco temático, apresentamos o resumo do último trabalho vencedor do 29º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. Natália Ferreira Trigo, graduada pela PUC-Rio, recebeu menção honrosa no certame com *Análise do efeito de flutuações no mercado de trabalho brasileiro sob a ótica da saúde pública e privada*.

O artigo do Fórum investiga como o Estado do Rio de Janeiro administra os recursos destinados à Segurança Pública sob a ótica da desigualdade racial e social.

Sumário

Inflação.....	3
Inflação, o remédio de sempre e o conflito distributivo	
<i>Fernando Amorim Teixeira e Paulo Jager</i>	
Inflação.....	4
A inflação é voraz e a culpa é de Jair Bolsonaro	
<i>Victor Leonardo de Araujo</i>	
Inflação.....	6
Todos os caminhos levam à crise: as ilusões da política monetária no combate à inflação (e no estímulo ao crescimento)	
<i>Marisa Silva Amaral</i>	
Inflação.....	8
Aceleração inflacionária em 2021: como chegamos até aqui?	
<i>Débora Pimentel</i>	
Inflação.....	10
Dólar alto, inflação alta e salários pra baixo	
<i>Camila de Caso</i>	
Monografia.....	12
Análise do efeito de flutuações no mercado de trabalho brasileiro sob a ótica da saúde pública e privada	
<i>Natália Ferreira Trigo</i>	
Fórum Popular do Orçamento.....	14
A insegurança por ser negro	
Dissertação de mestrando da PUC-Rio vence Prêmio Economista Carlos Lessa.....	16

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixaivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Inflação, o remédio de sempre e o conflito distributivo

Fernando Amorim Teixeira*
Paulo Jager**

Inflação, como cedo aprendemos, é um aumento generalizado e persistente dos preços ao longo do tempo. Não é fenômeno puramente econômico e não é neutro em suas consequências, como também é impossível pretender neutralidade na política monetária. Seus efeitos diferenciados na estrutura produtiva e social, causas e a resposta do governo, com suas consequências econômicas e sociais, serão o foco deste artigo.

No último período, temos visto uma forte aceleração da inflação. A taxa acumulada em 12 meses de set/21 alcançou 10,25% (IPCA/IBGE). Por trás desta média, contudo, a alta de preços é bastante diferenciada. Em igual período, energia elétrica variou 28,82%, gás de botijão, 34,67% e carne bovina, 37,57%, diferindo, diametralmente, da variação de preços de serviços pessoais (2,52%), como os de manicure e cabeleireiro. Os trabalhadores desses serviços, geralmente informais e/ou autônomos, sequer têm repassado aumentos de custos de produção. Por outro lado, atividades com demanda menos elástica conseguem realizar o repasse.

Dentre as principais causas do atual processo inflacionário está a desvalorização do real. Inicialmente atrelada a um cenário global conturbado pela pandemia da Covid-19 e suas consequências sobre a estrutura produtiva internacional, a instabilidade política nacional também tem contribuído para que o real seja uma das moedas que mais se desvalori-

zam. A alta de preços se dá pela via das importações, mas a indexação a preços externos – devido à política de preços dos combustíveis de paridade de importação¹ –, também segue impulsionando a inflação. Além disso, a alta na cotação das *commodities* e do câmbio incentivam as exportações de alimentos, encarecendo esses produtos domesticamente.

Mas, como salientado, o fenômeno inflacionário não é neutro. Subjaz um conflito pela distribuição da renda. Alteram-se os preços relativos. Dentre os ganhadores mais evidentes, podemos citar: i) acionistas das empresas ligadas aos setores exportadores – como agronegócio e extrativa mineral – ou com preços internos indexados ao câmbio, como no caso da Petrobrás e ii) detentores da riqueza financeira com o novo rali da taxa básica de juros. Dentre os perdedores mais evidentes, temos: i) setores mais concorrenciais, voltados ao mercado interno, que sentem o

aumento de custos de produção e a queda na demanda e, principalmente, ii) a classe trabalhadora, que tem seu poder de compra achatado.

Ilustra este quadro a elevação do custo da cesta básica de alimentos (Dieese) que, entre janeiro de 2019 e setembro de 2021, no município do Rio de Janeiro, passou de R\$460,46 a R\$643,06. Também é ilustrativa a dificuldade das diversas categorias de trabalhadores em negociar a reposição da inflação (Tabela 1). Some-se a isso o endividamento das famílias e o iminente fim do auxílio emergencial como indicativos da remota possibilidade de aumento do consumo² no próximo período.

Entretanto, nesta conjuntura, onde há fortes pressões de preços pelo lado da oferta e, sabidamente, não há pressões de demanda, a alta da Selic é o remédio que – uma vez mais – é ministrado pelo Banco Central. Se a intenção é influenciar

o nível de preços futuros via taxa de câmbio, a instabilidade associada ao cenário eleitoral que se avizinha deve ser um forte empecilho. Portanto, a declaração recente do presidente do banco de que “a Selic vai terminar onde tiver que terminar” parece dialogar com a célebre frase “quando tudo o que se tem é um martelo, todos os problemas começam a se parecer com pregos”.

Concretamente, a “martelada” vai atrofiar ainda mais a estrutura produtiva e refrear os investimentos, afetando ainda mais o emprego e salários, num país com 14,4 milhões de desempregados e um tecido social esgarçado pelas reformas neoliberais dos últimos anos. Mantendo-se o câmbio solto, a política de preços da Petrobras e a perspectiva de crescente instabilidade política e agravamento da crise hídrica, a carestia seguirá, infelizmente, maltratando as famílias mais pobres do Brasil.

* É técnico do Dieese, doutorando em Economia (PPGE/UFRJ) e professor substituto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ (Irid/UFRJ).

** É economista e supervisor técnico do escritório do Dieese no Rio de Janeiro.

Tabela 1 - Negociações de janeiro a julho 2021 - Brasil (em %)

data-base	Distribuição % dos reajustes em comparação com o INPC, segundo data-base			variação real média	nº de reajustes
	acima	igual	abaixo		
Jan	10,2	29,2	60,6	-0,59%	1.740
Fev	20,9	19,0	60,1	-0,36%	469
Mar	12,3	36,5	51,1	-0,60%	827
Abr	27,9	24,9	47,3	-0,62%	344
Mai	21,1	37,7	41,2	-0,81%	1.472
Jun	22,9	32,5	44,6	-1,65%	132
Jul	24,8	16,3	58,9	-1,87%	129
TOTAL	17,5	32,2	50,3	-0,71%	6.193

Fonte: Ministério do Trabalho. Mediador. Em comparação com o INPC-IBGE.
Elaboração: Dieese

1 <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec251PrecosCombustiveis.html>.

2 Segundo as Contas Nacionais (IBGE), o consumo das famílias não variou na comparação entre o segundo e o primeiro trimestre de 2021 e caiu 0,4% no acumulado em 4 trimestres.



CLIQUE E OUÇA

A inflação é voraz e a culpa é de Jair Bolsonaro

Victor Leonardo de Araujo*

No ano de 2021, a população brasileira assistiu a um processo de aceleração inflacionária poucas vezes visto após o Plano Real. Quando medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação encerrou o ano de 2020 em 4,5%, muito superior aos 2,1% acumulados nos 12 meses findos em junho do mesmo ano. Em setembro de 2021 – portanto, apenas nove meses depois – a inflação acumulada em 12 meses está em 10,25%. A voracidade deste processo inflacionário só é similar à ocorrida em 1999, quando, após a mudança do regime cambial, a inflação passou de 1,6% em 1998 para 8,9% em 1999. Nos anos de 2002 e 2015 também ocorreram processos inflacionários intensos, mas nesses dois casos o patamar inicial de inflação oscilava em torno de 6 a 7% no acumulado em 12 meses. A inflação atingiu 17% no acumulado em 12 meses em maio de 2003, ainda refletindo a forte depreciação do real em 2002, e atingiu 10,7% nos 12 meses findos em janeiro de 2016.

O quadro inflacionário atual e os três processos inflacionários anteriores têm em comum o fato de terem sido precedidos de fortes depreciações cambiais. Entre dezembro de 1998 e dezembro de 1999, a taxa nominal de câmbio R\$/US\$ se depreciou em 52,9%; entre dezembro de 2001 e dezembro de 2002, a depreciação foi de

53,5%; entre agosto de 2014 e janeiro de 2016, foi de 78,7%; e foi de 38,9% entre julho de 2019 e agosto de 2020 – mas já foi pior, tendo acumulado 49,4% entre julho de 2019 e março de 2021.

A relação entre taxa de câmbio e inflação no Brasil tem sido já há bastante tempo estudada e demonstrada em inúmeros trabalhos, sendo possível citar (sem a intenção de esgotar as fontes) os de Serrano (2010), Braga e Summa (2016), e Bastian *et al.* (2016) – este último, em perspectiva histórica. A taxa de câmbio determina diretamente os preços de bens de consumo importados e de bens produzidos internamente cuja cadeia produtiva requeira itens importados. Isto é particularmente sensível na indústria de transformação e no agronegócio, mas também impacta o setor de serviços, já que boa parte de seus custos incorpora os bens produzidos naqueles setores. Com efeito, episódios de intensa depreciação cambial se alastram para os preços de toda a economia. Por outro lado, a reversão da depreciação cambial contribui para desinflacionar a economia. Também deve ficar claro que a taxa de câmbio não é o único determinante do processo de formação de preços. *Commodities*, preços administrados e crescimento de salários acima da produtividade também explicam processos inflacionários. Assim, a intensidade e a duração de um processo inflacionário dependem do sentido desses preços ou da capacidade de algum deles compensar os efeitos dos demais. Por exemplo, os efeitos in-

flacionários do *boom* de preços de *commodities* ocorrido entre 2003 e 2008 foram compensados – total ou parcialmente, a depender do período considerado – pela apreciação da taxa de câmbio no Brasil.

Dito isso, é possível elencar os erros do governo Bolsonaro e de sua equipe econômica – Paulo Guedes e Roberto Campos Neto – no tocante ao combate à inflação.

O primeiro deles foi a redução da taxa Selic abaixo da taxa de juros internacional somada ao prêmio de risco – o “piso” para a taxa de juros, nos termos usados por Lara (2021), com cujos argumentos concordamos – e sua manutenção nestas condições, por tempo demasiadamente prolongado (entre março de 2020 e março de 2021). O resultado foi uma intensa depreciação cambial, que inclusive compensou os efeitos da queda dos preços das *commodities* ocorrida logo nas primeiras semanas após o início da pandemia. A recuperação posterior dos preços das *commodities* combinada com o câmbio desvalorizado na segunda metade de 2020 alimentou o processo inflacionário, e a inflação acumulada nos 12 meses findos em dezembro de 2020 foi de 4,5%, o dobro da observada em junho do mesmo ano. A inflação continuou a se acelerar e em março de 2021 o Banco Central iniciou novo ciclo de aumento da Selic para corrigir o problema que ele mesmo criou. É importante destacar que a crítica à manutenção da Selic abaixo do piso, e, portanto, a defesa de medidas corretivas não



deve ser confundida com a defesa de um ciclo de aumento da Selic nos termos defendidos pelos adeptos do RMI (Regime de Metas para a Inflação) no Brasil, que sempre diagnosticam a inflação como causada por excesso de demanda e recomendam aumentos da Selic. Ao contrário, no contexto de pandemia e de seus impactos econômicos, todas as políticas de apoio à sustentação da renda e do emprego devem ser empregadas, mas se a queda da Selic tivesse ocorrido de forma mais cuidadosa, e preservando-a ligeiramente acima do piso, seria possível mantê-la em patamares historicamente baixos por mais tempo, já que a desvalorização cambial não teria sido tão intensa, ou teria sido mitigada ou mesmo revertida, e os impactos inflacionários, menos intensos.

O segundo erro da equipe econômica de Bolsonaro reside na política de preços da Petrobras, que desde o governo Michel Temer é

alinhada à cotação internacional do petróleo corrigida pela taxa de câmbio. Como já vimos, a política cambial não só não compensou, como intensificou o aumento do preço internacional do petróleo. A Petrobras tem repassado esses aumentos quase que automaticamente para os preços internos, preservando sua margem de lucro. Uma alternativa seria a empresa rever sua política de preços, absorvendo parcialmente os impactos dos preços internacionais e da taxa de câmbio, em vez de repassá-los integralmente adiante. Outra alternativa seria a criação de algum tipo de subsídio, cujo impacto distributivo teria de ser melhor avaliado, já que os beneficiários diretos seriam os proprietários de veículos automotores – em geral, indivíduos de renda mais elevada –, embora indiretamente toda a sociedade também se beneficie,

já que os preços dos combustíveis impactam toda a cadeia produtiva e o sistema de preços. A primeira alternativa requer que a Petrobras e seus acionistas abram mão de margem de lucro. A segunda esbarra nas rígidas regras fiscais. O presidente Jair Bolsonaro fez sua escolha, preservando a atual política de preços da Petrobras e também as regras fiscais. Além disso, também ratificou a emenda constitucional que estabeleceu a independência do Banco Central, preservando Roberto Campos Neto dos erros que cometeu em 2020.

O terceiro erro de Bolsonaro e sua equipe está no campo da política energética. A gestão caótica dos recursos hídricos provocará novo racionamento de energia elétrica após 20 anos e tem provocado o aumento das tarifas. O preço da energia elétrica tem pressionado a inflação e também cons-

tituiu elemento importante no processo de formação de preços da economia, além de trazer incertezas sobre a recuperação da atividade econômica. Aqui, novamente a rigidez das regras fiscais, ratificadas por Bolsonaro, impede a realização de políticas de subsídios para impedir que o impacto da crise se alastre para o sistema de preços.

As perspectivas para a inflação no Brasil são bastante incertas. A possibilidade de crise e desaceleração na economia chinesa tem apontado para um cenário de queda dos preços das *commodities*, o que pode atenuar o cenário de inflação. Por outro lado, tal possibilidade também traz tensões e volatilidade nos mercados financeiros internacionais e favorece um cenário de depreciação do real, mesmo com o aumento da Selic. Por outro lado, aumentos da Selic, apesar do potencial de rea-

preciar a taxa de câmbio com impactos benignos sobre a inflação, também dificultam a necessária retomada econômica. Internamente, a crise hídrica e o cenário de racionamento de energia elétrica apontam para novos aumentos deste preço, que também possui efeitos em toda a cadeia produtiva. Na esfera estritamente política, a reeleição de Bolsonaro passa a depender cada vez mais de medidas de enfrentamento a este cenário. No ano eleitoral, não se deve descartar a hipótese de Bolsonaro, político experiente que sabe como agradar seu eleitorado, modifique a política de preços da Petrobras. Mas que a leitora e o leitor não se iludam: caso isto ocorra, será um gesto meramente eleitoral e a defasagem será compensada logo após as eleições.

* É professor associado 2 da Faculdade de Economia da UFF. Email: victor_araujo@terra.com.br

Referências

- BASTIAN, E. *et al. Some stylized facts on external shocks and inflation upsurge in Brazil, 1951 – 1985*. Rio de Janeiro, Instituto de Economia, UFRJ, Texto para discussão nº 28, 2016.
- BRAGA, J. M.; SUMMA, R. *Estimação de um modelo desagregado de inflação de custo para o Brasil*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 399-430, set/2016.
- LARA, F. M. A exagerada, insustentável e efêmera redução da taxa de juros no Brasil. Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento (IFFD). *Policy Note n. 2*. Brasil, setembro de 2021.
- SERRANO, F. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 30, n. 1 (117), pp. 63-72, jan-mar/2010.



CLIQUE E OUÇA

Todos os caminhos levam à crise: as ilusões da política monetária no combate à inflação (e no estímulo ao crescimento)



Marisa Silva Amaral*

Longe do equilíbrio e do bem-estar coletivo sugeridos pelas teorias convencionais de Economia como resultado do *laissez-faire*, o desenvolvimento da economia mundial (que perfaz a história do capitalismo) é atravessado por uma sucessão de crises, cada vez mais recorrentes, que nos conduzem à crise atual, iniciada em 2008 a partir do colapso do mercado imobiliário norte-americano, reforçada por uma de suas principais consequências, a crise da Zona do Euro de 2010, e ainda emulada por crises políticas e sociais em diversos países, além da crise ambiental e agora sanitária em razão da pandemia do novo coronavírus.

A atual crise brasileira é, em muitos sentidos, parte desse quadro mais geral, e suas características sugerem um cenário confuso – para dizer o mínimo – pela frente. O nó que nos ocupa neste artigo é uma das manifestações mais desconcertantes desta crise: a escalada inflacionária, sobretudo porque custa muito ao senso comum escapar da simplória e artificiosa lei de oferta e demanda na busca por um diagnóstico.

O argumento chapa-branca é o de que a inflação não é exclusividade nossa e que é resultado de maior consumo das famílias em razão da pandemia e das políticas de isolamento social (só cinismo ou desinformação justificam adesão a essa leitura).

Melhoram a análise aqueles que entendem nosso atual quadro inflacionário como resultado da desvalorização cambial, em grande medida alimentada pelos juros baixos combinados a um ambiente de incerteza quanto à saída da crise e aos impactos fiscais desse processo, o que teria forçado um fluxo de saída de capitais em busca de melhores e mais seguras possibilidades de valorização; e isso, naturalmente, impacta o câmbio. Ainda assim, essa leitura sugere que o cenário inflacionário é uma eventualidade imposta à economia brasileira por forças incontroláveis e outras externalidades. Aqui há engano.

A alta generalizada de preços teve início com o aumento dos preços de alimentos, resultante da valorização de *commodities* agrícolas (como soja e milho) no mercado internacional. A isso se somou a desvalorização do real, o que tornou altamente favoráveis as exportações desses produtos, restringindo a oferta interna e, como consequência, conduzindo a um aumento de preços. A subida dos preços do gás de cozinha e dos combustíveis derivados do petróleo (este também uma *commodity*) agrava esse quadro.

Nenhum desses movimentos é casual ou imprevisível. Ao contrário. A forma típica de precificação de *commodities* que se assume no atual contexto de capitalismo financeirizado dá alargados indícios de que a inflação não deve ser

ostentada como um problema superado por uma suposta eficácia do regime de metas de inflação neoliberal adotado a partir do Plano Real; tampouco pode ser negligenciada nas análises críticas sobre o intocável arranjo macroeconômico brasileiro dos últimos nada gloriosos trinta anos. A lógica contemporânea de determinação de preços de *commodities*, além de se dar no mercado internacional, de costas para as condições internas dos países produtores, é absolutamente subordinada ao modo de operar dos mercados à vista e de futuros nas bolsas financeiras e de mercadorias ao redor do mundo e, por isso, caracterizada pelos movimentos especulativos dos principais centros financeiros globais e por oscilações recorrentes de preços. Trata-se de uma transformação estrutural que nos desautoriza a dizer que a inflação é um problema pelo qual não se acreditava que a economia brasileira fosse passar novamente. Não é algo externo, alheio ao movimento esperado de preços e, assim, não está imune à crítica – sempre em tempo – de que a tal primazia dos mercados reforça as desigualdades (e não o contrário).

Externa – ainda que não imprevisível e muito menos incontornável – é a histórica crise hídrica que o país atravessa, o que piora profundamente o cenário inflacionário, particularmente porque enfrentada tardia e inadequadamente pelo governo, com os risíveis pedi-

dos do Messias em suas *lives* semanais para que as pessoas tomem banho frio, usem escadas em lugar de elevadores, desliguem os eletrodomésticos da tomada e apaguem as luzes. A consequência imediata são vários aumentos subsequentes na conta de luz dos brasileiros.

Em razão das mercadorias sobre as quais a subida sustentada de preços incorre, duas questões se evidenciam. A primeira delas é a de que há um peso muito grande dos preços administrados (envolvendo gasolina, gás e energia elétrica) no quadro inflacionário, que se espalha para setores além daqueles em que a alta se concentra originalmente. Esse movimento revela traços de uma inércia inflacionária, uma vez que se desencadeiam mecanismos de indexação que impõem reajustes de contratos (como aluguéis, mensalidade escolar e planos de saúde, por exemplo) para o próximo ano, o que, igualmente, interferirá nos demais preços, como os de produtos industrializados, bens duráveis, vestuário e de serviços.

Não resta dúvidas, portanto, de que se trata de uma inflação de custos e não de demanda como quer fazer crer o governo federal.

A segunda questão é a de que, por óbvio, as pessoas mais afetadas são aquelas de baixa renda, que compõem as camadas sociais mais frágeis da população brasileira.

E aqui se colocam as mais intrincadas contradições. Paulo Guedes e outros grupos privilegiados lucram muito com o atual arranjo. Por outro lado, sua tradição teórica, que vê a inflação como um fenômeno eminentemente monetário – e que se vale disso para taxar de irresponsabilidade fiscal os gastos sociais dos governos e para justificar a própria política de austeridade –, seria vergonhosamente desqualificada e posta à prova caso se negligenciasse o descontrole dos preços.

Ademais, ocorre que a manutenção de certa coesão social necessária para garantir a estabilidade e sustentação do atual modelo exige alguma preocupação com a piora nas condições de vida das massas e, portanto, com a deterioração da

sua capacidade de consumo. Dar de ombros à *la* Paulo Guedes em suas últimas manifestações não é nem de longe aceitável, sobretudo no atual contexto de exasperação de uma crise que se arrasta há mais de uma década e que veio sendo recheada por uma sequência de outras crises, a um só tempo consequência de 2008 e causa do aprofundamento desta.

Nesse sentido, ainda que convenha a algumas contas *offshore* em paraísos fiscais, não é de se esperar que o governo simplesmente deixe fluir até que a situação evolua para uma hiperinflação. O ponto-chave é como possivelmente deve-se encaminhar a solução.

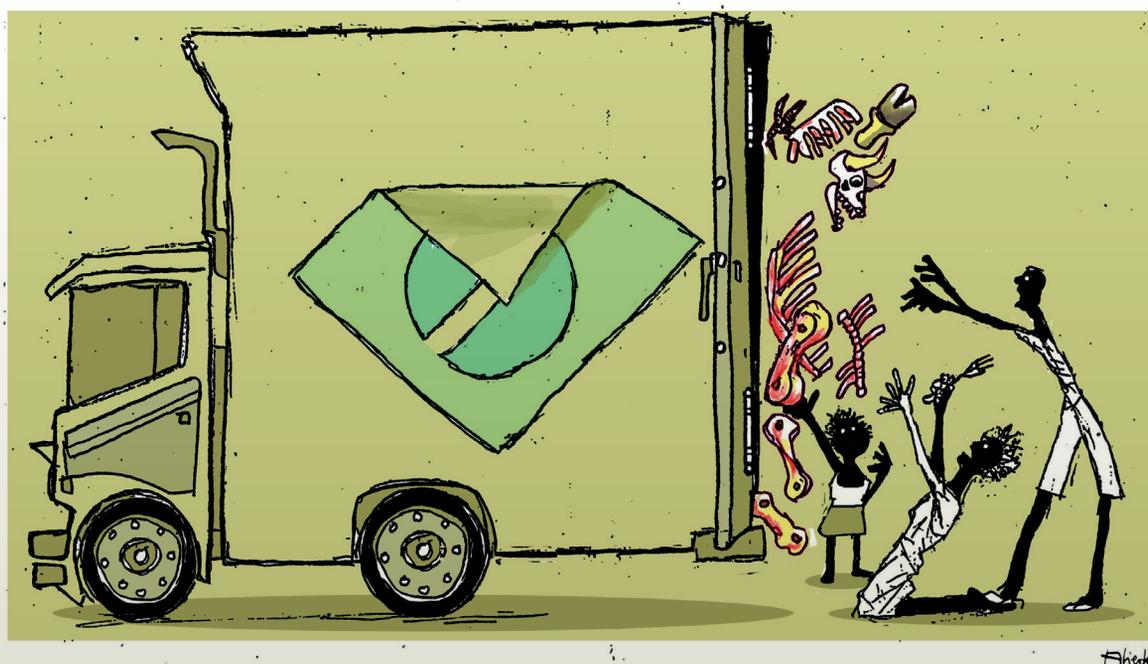
O passo comum para reverter a inflação ligado a esse modelo – a elevação da Selic pelo Banco Central – já não são favas contadas, dando indícios de que “o futuro não é mais como era antigamente”, ou de que a realidade já deu um passa-moleque na teoria econômica. Como se trata de uma inflação de oferta, a alta da taxa básica de juros, por maior que fosse, não surtiria efeito algum, exceto o

de arrefecer ainda mais os gastos privados, o consumo das famílias e, por fim, o nível de atividade e crescimento numa economia que patina há muito tempo (segundo o modelinho monetarista, a alta dos juros resulta em enxugamento da base monetária via retirada de dinheiro de circulação e, consequentemente, em redução de preços).

Aliás, se com taxas de juros nominais baixas – em alguns casos, até mesmo negativas – já tem sido fatigante no mundo todo recuperar o desempenho econômico de décadas anteriores, o que dizer dessas mesmas tentativas no atual atoleiro brasileiro, a taxas de juros muito acima da média internacional?

É nesse sentido que todos os caminhos levam à crise. E é nesse mesmo sentido que, para enfrentá-la, todos os caminhos devem levar a um ajuste que se dê pela supressão da austeridade fiscal. Dar curso ao papel estimulador do Estado se coloca como a única saída capaz de construir “uma ponte para o futuro” – na realidade, uma pinguela, apenas para fazer frente temporária à calamidade política inaceitável que deu cabo da vida de mais de 600 mil brasileiros e que agora condena 14 milhões ao desemprego, 27 milhões à pobreza e 19 milhões à fome, às revoltantes filas de doação de ossos e pelancas bovinas que sirvam de alimento para esses milhões. Alguém, por favor, acorde o gigante!

* É professora associada do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri/UFU) e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).



Alvedo



CLIQUE E OUÇA

Aceleração inflacionária em 2021: como chegamos até aqui?



Débora Pimentel*

Em setembro de 2021, o IPCA registrou alta de 1,16%, a maior taxa para o mês desde o início do Plano Real, chegando a 10,25% no acumulado de doze meses. Essa aceleração teve início em junho de 2020, quando se encerrou um período de três anos no qual a inflação flutuou no seu menor patamar histórico desde a adoção do Regime de Metas de Inflação (RMI), em 1999. Os principais itens que contribuíram para a elevação do IPCA foram os combustíveis e a energia – apresentando alta de 30% em doze meses – e alimentos e bebidas – com 12%.

É fundamental relembrar os efeitos sociais perversos dessa alta de preços dos alimentos, pois ela afeta com mais intensidade as pessoas das faixas de renda mais baixas da população, que gastam uma parcela maior da renda com alimentos. Combinada a um cenário de elevado desemprego, recessão e precarização das relações de trabalho, a alta de preços dos alimentos eleva a parcela da população em insegurança alimentar e empurra o país de volta para o mapa da fome.

Os preços dos alimentos no mercado doméstico apresentam uma trajetória cíclica com grande volatilidade, seguindo os preços internacionais. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública que acompanha a agricultura nacional e possui um sistema de armazenagem cuja finalidade principal é garantir o

fluxo de abastecimento constante, proporcionando maior estabilidade de preços e de mercado. Desde 2014, seus estoques foram reduzidos e armazéns fechados, renunciando a uma importante política para mitigar a volatilidade dos preços de alimentos.

Para combater a inflação dentro da institucionalidade vigente do RMI, o principal instrumento disponível ao Banco Central é a determinação da taxa básica de juros Selic. O RMI foi criado a partir da concepção teórica segundo a qual a inflação é um fenômeno de demanda. Assim, as elevações da taxa básica conteriam um suposto excesso de demanda agregada, afetando a inflação através dos canais de taxa de juros de mercado, de crédito, das expectativas, do câmbio e de preço de ativos.

Entretanto, é fato da dinâmica inflacionária brasileira no RMI que o principal canal através do qual variações da Selic afetam a inflação é o do câmbio. Quando a moeda doméstica se aprecia, o câmbio funciona como uma âncora, mantendo os preços de produtos e insumos importados baratos. O real se manteve em uma longa trajetória de valorização de 2003 até o ano de 2011. A manutenção da taxa Selic em patamares elevados em comparação às taxas internacionais – considerando os indicadores de risco – contribuiu para a valorização do real ao atrair fluxos de capitais internacionais. Durante dez anos, a inflação dos produtos industrializados, mais sensíveis ao câmbio, manteve-se em patamares

inferiores aos de alimentos e de serviços, permitindo que as metas de inflação fossem cumpridas, mesmo beirando seu limite superior, até o ano de 2014.

A inflação de serviços caracteriza-se por uma rigidez muito maior que a dos bens, pois está fortemente relacionada com a variação de salários e com o mercado de trabalho. No período compreendido entre 2005 (quando os preços de serviços passaram a crescer mais rápido que os de produtos industrializados de preços livres) até 2015 (quando os preços de serviço voltam a cair sustentadamente pela primeira vez em 10 anos), a inflação de serviços livres cresceu, em média, 7,6% a.a. Em comparação, os preços de produtos industrializados livres cresceram 3,6% a.a.

Em 2015, o teto da meta – que já vinha sendo pressionado – foi extrapolado com o IPCA fechando o ano em 10,7%, devido a uma conjunção de fatores, em parte, semelhantes aos atuais: ano de forte desvalorização cambial e pressões inflacionárias advindas de alimentos, combustíveis e energia. Nos anos seguintes, a inflação dos serviços caiu do patamar de 9% para o de 3,5%. Essa queda reflete a redução do poder de barganha dos trabalhadores – devido à baixa atividade econômica e elevado desemprego, mas também por influência das transformações institucionais do mercado de trabalho ocorridas no período.

É nesse contexto de recessão econômica com desemprego eleva-

do, associado às condições das taxas de juros internacionais e indicadores de risco que se comportavam de forma favorável, que o Banco Central encontrou um espaço para a redução da taxa nominal de juros. O país entrava no ano de 2020 com sua menor taxa de juros nominal durante o RMI, em 4,5%, quando surge no mundo a crise pandêmica da Covid-19.

Com o início da pandemia, o primeiro semestre de 2020 foi marcado por fuga de capitais internacionais e forte desvalorização cambial. Entretanto, o Banco Central insiste com a trajetória de redução da Selic durante o primeiro semestre, mantendo os juros domésticos abaixo das taxas de juros externas (acrescidas de risco) e reforçando, assim, uma pressão para a desvalorização do real. Para além da desvalorização, a taxa de câmbio passou a apresentar uma volatilidade muito superior ao seu patamar histórico. O aumento da volatilidade da taxa de câmbio, além de elevar o grau de incerteza na economia, adiciona mais um elemento inflacionário, devido à existência de assimetria no repasse cambial para a inflação: desvalorizações cambiais são repassadas com mais intensidade que valorizações, fazendo com que a mera flutuação cambial tenha um viés inflacionário.

A adoção de medidas de *lockdown* e as drásticas mudanças nos hábitos dos consumidores – redução de serviços de alimentação fora de casa e elevação de compras por *delivery* – causaram distúrbios e interrupções em toda a cadeia global de abastecimento de alimentos, acelerando ainda mais os preços internacionais, que já vinham em trajetória de crescimento desde antes do início da



pandemia. Também foram muito impactados os preços de fretes e custos de transportes.

Entretanto, apesar de todas essas pressões inflacionárias, o ano de 2020 ainda fechou dentro da meta, com inflação de 4,5%. A inflação do setor de serviços permaneceu num patamar baixo durante todo o ano devido à queda da atividade econômica do setor e o elevado desemprego. Os preços industriais só acelerariam no segundo semestre, sentindo os efeitos do câmbio e da escassez de insumos como plásticos, papelão, alumínio, vidros e tecidos, causada pela queda na coleta de produtos reciclados e por interrupções da produção devido à pandemia.

A partir de dezembro de 2020, os preços de combustíveis dispararam, acompanhando o movimento dos preços internacionais. Desde 2016, os preços de combustíveis praticados pela Petrobras seguem a política de manter a paridade de importação, seguindo os preços internacionais do produto. Dessa forma, além das pressões do

câmbio, a volatilidade dos preços internacionais do petróleo também é repassada ao consumidor.

Por fim, completando o quadro atual, a partir de maio deste ano os preços de serviços voltaram a subir após mais de cinco anos de queda contínua, devido ao contágio dos demais preços e pela retomada das atividades do setor com o avanço da vacinação.

Chegamos até aqui, portanto, porque a condução da política anti-inflacionária nos últimos anos abriu mão de instrumentos que possuía para conter a volatilidade de preços e reduzir pressões inflacionárias. Tivemos o desmonte das políticas reguladoras de preços de alimentos da Conab e a mudança da política de formação de preços da Petrobrás. A condução da política monetária pelo Banco Central manteve os juros domésticos abaixo do patamar ditado pelas taxas internacionais, reforçando uma pressão para a desvalorização do real, e não agiu para coibir a volatilidade da taxa de câmbio, o que agravou as pres-

sões inflacionárias advindas dos preços internacionais de *commodities*. O câmbio desvalorizado favorece o setor agroexportador em um cenário no qual os indicadores de insegurança alimentar da população pioram. A falta de crescimento econômico, com o elevado desemprego dos últimos anos, a precarização e as transformações do mercado de trabalho reduziram o poder de barganha dos trabalhadores, que veem o poder de compra de seus salários sendo corroído pela inflação.

* É professora do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional da UFRRJ e coordenadora do grupo de pesquisa Economia e Conjuntura do Sistema Financeiro (ECSIFIN/UFRRJ).



CLIQUE E OUÇA

Dólar alto, inflação alta e salários pra baixo



Camila de Caso*

Setembro de 2021 e temos a maior inflação para o mês desde o início do Plano Real. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de setembro subiu 1,16%. A aceleração do mês levou a inflação acumulada nos últimos doze meses para o patamar de dois dígitos, 10,25%.¹

Além de ser a maior variação para o mês desde 1994, quando o índice apresentou alta de 1,53%, temos que lembrar da sazonalidade: os meses do meio do ano, como é o caso de setembro, registram inflação menor. Este efeito acontece porque os meses do meio do ano não são marcados por nenhum evento específico que pressione preços, como é o caso do fim do ano, quando a classe trabalhadora recebe 13º salário e bonificações, e do começo do ano, que é marcado pelos reajustes de taxas. A média do IPCA de 2000 até 2021 para o mês de setembro é de inflação de 0,41% ao mês.

Infelizmente, falar sobre inflação no Brasil acaba sendo um museu de grandes novidades. Não vivemos uma inflação de demanda, como é óbvio pressupor num país com mais da metade da população em situação de insegurança alimentar, que passa fome, além das 14,1 milhões de pessoas que estão buscando um emprego e não encontram, levando a taxa de desocupação para o patamar de 13,7% segundo a PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua) do IBGE.²

É necessário entender os condicionantes da inflação hoje no Brasil para que não sejam apresentadas soluções que acabem por aprofundar o problema.

Inflação de serviços e mercado de trabalho

O ajuste fiscal veio como forma de disciplinar a classe trabalhadora. Essa hipótese está centrada na perspectiva que houve no Brasil uma revolução indesejada no mercado de trabalho no período de 2004 a 2014, mesmo período em que podemos observar crescimento econômico com distribuição de renda, mas que foi interrompida a fim de devolver os ganhos para a renda do capital em detrimento da renda do trabalho.

De 2005 até 2014, a inflação de serviços registrou, no acumulado de doze meses, altas superiores ao índice cheio. O início do ajuste fiscal em 2015, aprofundado nos anos seguintes, foi a resposta conservadora para solucionar o conflito distributivo no Brasil, para aumentar os rendimentos do capital. Não por menos, já em 2015 foi a primeira vez que a inflação de serviços do IPCA ficou abaixo do índice geral, 8,1% contra 10,7%, respectivamente. No entanto, o que foi vendido como o remédio amargo para o doente terminal acabou matando o paciente e ainda houve quem se vangloriasse de ter acabado com a doença.

Grosso modo, inflação de serviços é o salário pago pelos serviços de uma economia; ao longo dos últimos anos, acompanhamos a troca de salário dos trabalhadores admitidos abaixo do salário dos desligados da mesma função. Portanto, o ajuste fiscal se deu no salário real.

Desde o começo do ajuste fiscal, a inflação de serviços passou de 8,3% em 2014 para 1,7% em

2020. O único período em que o grupo ficou acima do índice geral do IPCA foi em 2016 e 2017 e isso não se deu por ganhos salariais; pelo contrário, o ajuste fiscal foi tão certo que jogou a demanda agregada para uma forte recessão, fazendo o ajuste no nível de preços da economia. A desaceleração do nível de preços evidencia a demanda anêmica devido à forte recessão que o país passou nos últimos anos.

De modo geral, o mercado de trabalho passou por uma precarização do emprego, resultado das inúmeras reformas e do ajuste fiscal vigente no Brasil desde 2015 e radicalizado nos anos seguintes. Tivemos a Reforma Trabalhista aprovada no fim de 2017, que traz uma série de flexibilizações nas leis de contratação, e a Reforma da Previdência de Bolsonaro, que, juntas, aumentam o exercício de reserva da economia. Atrelado a estes desmontes, tivemos o fim da regra de reajuste do salário-mínimo, além da EC 95, popularmente conhecida como PEC do Teto, que impede o Estado de atuar em momentos de baixa demanda e crise econômica e social.

Portanto, a inflação de serviços, que era um dos componentes que pressionavam a inflação geral no período da revolução indesejada do mercado de trabalho, não é mais fator de pressão. E dadas as novas condições do mercado de trabalho, não há perspectiva de uma alta forte na renda do trabalhador, o que deve contribuir para uma evolução do nível de preços mais contida do que a vista anteriormente, quando o mercado de trabalho se encontrava mais aquecido.

O aumento da inflação

Se a inflação de serviços está controlada por causa de um ajuste fiscal feito no salário real, o mesmo não pode ser dizer da inflação do grupo de Alimentos e Bebidas e dos preços administrados. Na abertura dos componentes do IPCA, os preços livres, que representam cerca de 23% do peso do índice, apresentaram alta de 8,36% a.a., enquanto os preços administrados, que têm peso de cerca de 77% do IPCA, ficaram em 15,73% a.a.

Podemos elencar três componentes centrais para a alta da inflação brasileira recente. O primeiro é o fator câmbio. Como segundo elemento, temos o grupo Alimentos e Bebidas. E os preços administrados, com destaque para combustíveis e energia elétrica, que também são impactados pela forte desvalorização do câmbio na economia brasileira.

Cada alta de 1% no câmbio se traduz em cerca de +0,04 ponto percentual no IPCA cheio. A taxa de câmbio no fim de período saiu de 2,70 (R\$/ US\$) em dezembro de 2014 para 5,44 (R\$/ US\$) em setembro de 2021. A variação do período é de 101,5%. A política monetária do atual governo levou o câmbio a este patamar e não há nenhum indício que usarão o instrumental necessário para redução do dólar frente ao real.

O grupo Alimentos e Bebidas foi fundamental para a que o IPCA de 2021 acelerasse. Somente este grupo tem o peso de 21% do índice cheio, o mais alto dos nove grupos que compõem o IPCA. O cenário para esta alta é composto por três movimentos: (i) a retomada dos preços de *commodi-*

ties no mercado internacional; (ii) falta de políticas de abastecimento interno; e (iii) alta do dólar incentivando a exportação no setor agroexportador. Assim se deu o cenário perfeito para que a inflação de Alimentos e Bebidas registrasse alta de 12,55% em setembro de 2021. A maior impactada é a população brasileira mais pobre, que hoje conta com mais de 19 milhões em situação de insegurança alimentar, sem ter perspectiva de um prato de comida no dia.

Por fim, temos os preços administrados pressionando a inflação. O grupo Transportes registrou alta de 1,82% no mês de setembro. O grupo vem sendo pressionado por combustíveis: desde a nova política de precificação da Petrobras implementada pelo governo Temer, a PPI (Paridade de Preços Internacionais), o preço dos combustíveis na bomba aumentou para o consumidor final. Mantida esta política de preços, o Brasil fica “vendido” a qualquer variação do barril de petróleo internacional.

Os recentes acordos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) visam à manutenção dos cortes de oferta na *commodity* globalmente, a fim de elevar seu preço; com isso, a política de precificação da Petrobras traz pressão altista para o item gasolina. Ainda mais com o nível que se encontra atualmente nosso câmbio, que acaba pressionando ainda mais a inflação. Vale notar que qualquer política de redução do ICMS para tentar reduzir o preço do combustível na bomba provavelmente não terá o efeito esperado, uma vez que o cerne do problema não está no ICMS, já que não houve alteração de alíquota recentemente, mas sim na política de precificação da Petrobras.

O último componente para finalizar nosso cenário vem da crise hídrica. Desde outubro do ano passado, o governo aciona termelétricas, que geram energia muito cara e a conta vai para o consumidor. O nível dos reservatórios é classificado como o mais baixo para o período de setembro a maio em 91 anos de registro da série histórica.

Não por acaso, todas as regiões brasileiras já sofrem com falta de energia e as famílias brasileiras, com a alta na conta de luz. Enquanto o governo não apresenta nenhum plano concreto, a tarifa da conta de energia está na bandeira vermelha, a mais cara possível para o bolso das famílias. Em muitas regiões já está sendo cobrado na conta de luz um valor adicional para cada 100kWh consumidos.

O cenário fica ainda mais grave quando colocamos na conta que o governo Bolsonaro transformou a água em mercadoria em julho de 2020, com a aprovação do novo marco regulatório para o saneamento básico, e que tenta agora privatizar a Eletrobras, que pelo seu tamanho no mercado é quem determina preços.

Quem paga a conta?

Inflação de alimentos e de preços administrados é ruim para todo mundo, mas é muito pior para a população mais pobre. No Brasil de Bolsonaro, a renda da classe trabalhadora não consegue chegar ao fim do mês com os preços altos do supermercado, os reajustes de combustíveis a partir do mercado internacional e a bandeira vermelha na tarifa de energia. Poderíamos colocar

o vilão da inflação como o dólar caro, mas após pronunciamentos do Ministro da Economia apreciando o dólar mais alto, o atraso do presidente do Banco Central em reagir para segurar a alta do dólar e as denúncias recentes sobre as *off-shore*, fica evidente que o vilão está dentro do governo Bolsonaro.

* É mestrandia em desenvolvimento econômico na Unicamp e assessora econômica da bancada do Psol na Câmara dos Deputados.

1 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31842-ipca-sobe-1-16-em-setembro>

2 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31731-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-7-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-28-0-no-trimestre-encerrado-em-julho>

Referências

NERI, Marcelo C. *Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia*. Rio de Janeiro, RJ: FGV Social, 2021.
Braga, Julia; Toneto, Rodrigo; Carvalho, Laura. *A montanha-russa do câmbio: o que explica a desvalorização e a valorização do Real durante a pandemia?* (Nota de Política Econômica nº 012). MADE/USP
CARNEIRO, R; BALTAR, P; SARTI, F. *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018
SERRANO, F; SUMMA, R. *Conflito distributivo e o fim da “breve era de ouro” da economia brasileira*. São Paulo: Novos estudos, Cebrap, mai-ago 2018.



CLIQUE E OUÇA

O JE continua a publicação de resumos dos textos vencedores do 29º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Natália Ferreira Trigo, graduada pela PUC-Rio, recebeu menção honrosa no certame.

Análise do efeito de flutuações no mercado de trabalho brasileiro sob a ótica da saúde pública e privada



Natália Ferreira Trigo*

Em meados de 2014, o Brasil iniciou um período de recessão econômica cujos efeitos repercutem até hoje. Uma característica marcante dessa crise foi, sobretudo, sua repercussão negativa sobre o mercado de trabalho. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) indicam que o número de admissões totais, que correspondia a mais de 50% do emprego médio entre 2008-2014, diminuiu para 36,8% em 2017. Ademais, o menor saldo anual de contratação formal (diferença entre o total de admissões e desligamentos) do Caged entre 2007 e 2017 foi no ano de 2015. Sendo assim, é provável que a crise tenha sido capaz de impactar a decisão de consumo das famílias, sobretudo no que se diz respeito ao setor médico-hospitalar.

Em particular, o Marco Constitucional de 1988 reconheceu a complementaridade da atuação do setor privado, resultando, assim, no sistema de saúde de financiamento misto no país. No mercado de saúde suplementar, cabe à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) o papel de fiscalizar e definir as regras de funcionamento do setor.

Dentro dessa perspectiva, destaca-se, com a figura 1, que a maioria dos gastos em saúde no Brasil é de natureza privada. So-

bre essa especificidade do país, a literatura aponta dois motivos cruciais para a aquisição de planos privados de saúde: a necessidade de se assegurar dupla integração, na contingência do sistema público não prover os serviços de saúde básicos, e a presença de informação assimétrica em relação à qualidade desses serviços.

Por outro lado, dado o contexto de financiamento misto, é possível que uma retração no sistema de saúde suplementar seja fonte de sobrecarga do sistema público hospitalar. Em acréscimo, estatísticas recentes do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (Datasus) elevam a gravidade dos potenciais impactos da crise sobre a taxa de mortalidade infantil, haja vista evidências na literatura da correlação de mortes pós-neonatais e óbitos infantis por causas evitáveis, tais como diarreia e pneumonia, com as condições socioeconômicas. Pode-se pensar que, talvez, durante o auge da crise econômica, os brasileiros estejam duplamente expostos com a perda financeira e a precarização da saúde. Afinal, é razoável crer que gastos em saúde estejam positivamente correlacionados com a probabilidade de reportar um nível melhor de saúde.

Sendo assim, a motivação central da pesquisa foi avaliar, através da metodologia empírica de dados em painel, como a dinâmica

de gastos em planos assistenciais em saúde suplementar e o sistema de hospitalização do SUS se relacionam com o funcionamento do mercado de trabalho e também se reestruturam em meio ao cenário de crise. De maneira sucinta, o trabalho buscou responder um quadro de perguntas principais.

Em primeiro lugar, a recessão no mercado de trabalho impactou de alguma forma o setor de saúde suplementar? Em caso afirmativo, como foi esse efeito? Será que determinados grupos etários são mais sensíveis a esse efeito? Quais são os possíveis desdobramentos para a taxa de internação hospitalar do Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS)? Por último, será que essa crise tem alguma correlação com a taxa de mortalidade?

O trabalho usou duas hipóteses centrais para explicar o eventual desdobramento negativo da crise do mercado de trabalho sobre o número de beneficiários de planos de saúde. O primeiro mecanismo central é através do próprio cancelamento de planos coletivos empresariais da ANS durante a crise. Enquanto o segundo canal de transmissão é o impacto nocivo do desligamento formal sobre a renda individual. Provavelmente, diante de uma demissão e consequente redução do orçamento financeiro, menor será a probabilidade de manutenção do agente na apólice de seguro. Dessa forma, o

estudo também tinha a expectativa inicial de que a alta taxa de desemprego fosse capaz de estimular uma migração de antigos beneficiários de planos privados de saúde para o SUS.

Em consonância com a expectativa do estudo, dados da ANS na figura 2 indicam que todos os tipos de contratação de planos de saúde sofreram quedas expressivas em meados de 2015 e reportaram, sobretudo, taxas de variações negativas até o último trimestre analisado.

Sob a perspectiva do mercado de saúde suplementar, os resultados obtidos com a metodologia foram coerentes com a literatura prévia de impactos de crises econômicas sobre a demanda de bens e serviços médicos privados. A estimação evidenciou uma relação inversa entre a taxa de admissão de carteira assinada e o logaritmo do número de beneficiários de planos privados de saúde, sendo esses resultados significativos ao nível de 1%. Em adição, para trimestres a partir de 2014, época em que a recessão começou a repercutir efeitos, o coeficiente estimado para a taxa de admissão de carteira assinada aumentou de magnitude. Em relação à discussão sobre os efeitos diversos por faixa etária, os resultados sugerem um efeito de maior magnitude da taxa de admissão por mil habitantes sobre o total de beneficiários por mil habitantes para a faixa etária entre 45-49 anos. O principal pressuposto é que esse grupo etário seja mais sensível às contratações formais, tendo em vista a maior dificuldade de recolocação no mercado de trabalho formal para adultos na meia-idade.

Em relação à ótica do sistema hospitalar do SUS, não foi possível confirmar se houve reflexo da

migração de antigos beneficiários de planos de saúde na taxa de utilização de serviços públicos, e em que direção foi esse efeito. É interessante destacar que, ao contrário da hipótese inicial da pesquisa, há mecanismos contrários e factíveis pelos quais a recessão econômica pode influenciar positivamente na saúde dos indivíduos, e por consequência, reduzir a taxa de internação hospitalar. Durante um período de crise financeira, por exemplo, o custo de oportunidade do tempo diminui, e com isso, os agentes podem realocar o tempo para atividades benéficas à saúde.

Ademais, é crucial o pressuposto de heterogeneidade do efeito da taxa de admissão formal sobre a taxa de internação hospitalar nos municípios com diferentes medidas de capacidade de infraestrutura. É factível supor que, para municípios com uma razão maior de quantidade de leitos disponíveis pelo SUS pela população residente, uma redução na taxa de admissão de carteira assinada tenha uma correlação positiva maior com a taxa de internação hospitalar. Dessa forma, ao especificar uma abordagem com interação de uma medida de infraestrutura hospitalar, o trabalho evidenciou que uma redução na taxa de admissão de carteira assinada possui um impacto maior em municípios com uma razão superior de leitos disponíveis pela população residente.

Por fim, em relação aos desdobramentos na taxa de mortalidade, as estimativas dos modelos também não são seguras. Em consonância com a literatura, a discussão sobre um possível comportamento pró-cíclico da taxa de mortalidade permanece inconclusiva. Embora as estimativas a respeito do reflexo

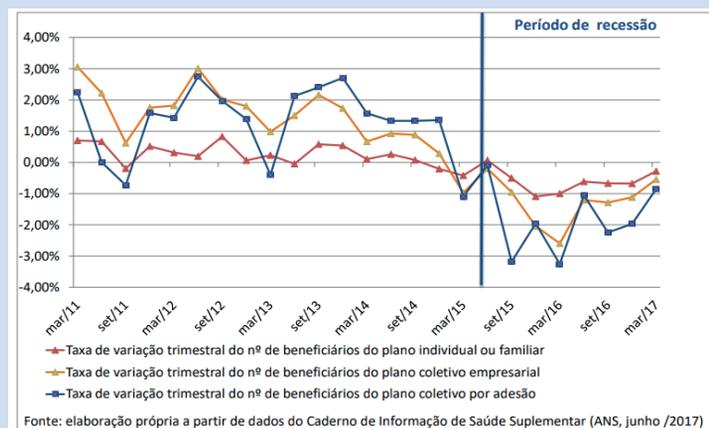


Figura 2: Taxa de variação trimestral do número de beneficiários em planos de assistência médica por tipo de contratação do plano (Brasil, 2011-2017).

Ano	Gastos privados domésticos com saúde (% do gasto corrente em saúde)	Gastos públicos com saúde (% do gasto corrente em saúde)
2011	55,18%	44,35%
2012	55,90%	42,94%
2013	55,14%	44,52%
2014	55,50%	43,99%
2015	56,51%	42,75%

Fonte: Elaboração própria com dados do World Bank Data

Figura 1: Gastos públicos x privados em saúde no Brasil (2011-2015)

da taxa de admissão formal sobre alguns indicadores específicos de mortalidade sejam imprecisas, ao longo do trabalho, buscou-se dissertar sobre os possíveis efeitos da contratação formal sobre tais variáveis e seus fundamentos microeconômicos.

Em síntese, essa pesquisa pretendeu contribuir com a literatura acerca de efeitos de crises na economia sobre o setor de saúde. Apesar dos dados agregados domésticos para gastos privados em saúde indicarem uma tendência de queda a partir de 2014, as respostas para as perguntas centrais desse trabalho não eram imediatas. Por exemplo, certa família pode preferir continuar arcando com as

mensalidades do plano e restringir consumo em outras áreas, se a qualidade dos serviços públicos não lhe é satisfatória. Finalmente, a tentativa de esclarecer a associação entre flutuações no mercado de trabalho e indicadores de saúde, sejam esses de natureza privada ou pública, é fundamental para o desenho de políticas capazes de mitigar os custos da recessão para a sociedade e suavizar a desigualdade de acesso aos serviços médicos.

Orientador: Dimitri Joe de Alencar Szerman

* É graduada em Economia pela PUC-Rio e tem interesse na área de Microeconomia Aplicada.

A insegurança por ser negro

A segurança pública faz parte dos direitos fundamentais dos indivíduos, assim como educação e saúde. É dever do Estado garantir que todos possam ir e vir com segurança. No entanto, por que na prática muitos são tomados pelo medo e sensação de insegurança?

Já acompanhamos na imprensa casos em que alguém foi assassinado por ter “cara de ladrão” ou que apresentava ameaça, simplesmente, por portar um guarda-chuva.

As diversas linhas de pensamento das ciências sociais detêm diferentes entendimentos sobre a polícia e sua atuação. Segundo o viés marxista, a polícia é vista como mais um dos instrumentos repressivos do Estado, que surge para defender os valores e propriedades da burguesia. No Brasil, o policiamento passou por vários escopos, desde a guarda nacional até a criação da atual polícia militar. Até o início da ditadura, o policiamento de rua era exercido por forças não militarizadas e foi apenas em 1969 que surgiu formalmente a denominação de polícia militar, pois as instituições de policiamento perderam sua autonomia para a subordinação ao Exército. Além de fazer com que a polícia atuasse no trabalho ostensivo, foi integrada uma nova cultura e hierarquização interna.

No mês em que comemoramos a Consciência Negra, que simboliza luta e resistência, decidimos analisar a desigualdade racial e social dentro da área de Segurança. Assim, nos propomos a investigar como o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) administra os recursos destinados à função Segurança Pública e, principalmente, quem mais sofre com a falta ou excesso dela.

Foram utilizados dados orçamentários sobre segurança de 2014 a 2021. Ademais, contrastamos com dados do Estado de São Paulo (ESP), a partir dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO). Para a análise social, foram utilizados dados do Instituto de Segurança Pública (ISP).

Os valores encontram-se deflacionados pelo IPCA de agosto de 2021.

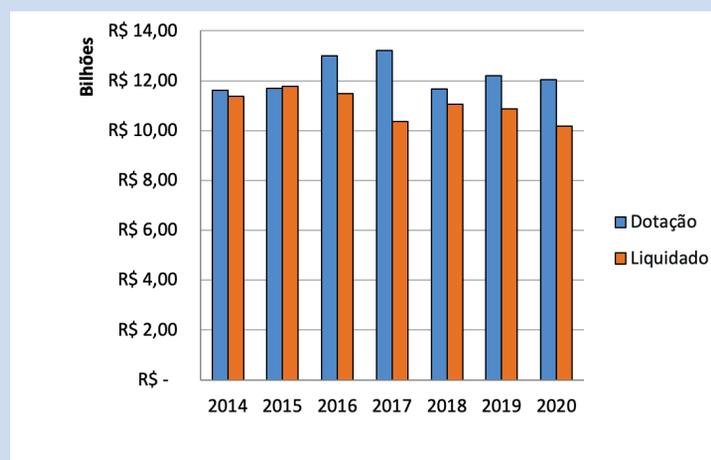
O que diz o Orçamento?

De acordo com a Constituição, a Segurança Pública é uma das principais atribuições do Estado. Entre 2014 e 2020, o valor médio realizado para o orçamento nessa área foi de R\$ 11,01 bilhões, correspondente a aproximadamente 15% do orçamento médio do ERJ. Nos últimos anos, o Governo do Estado do Rio de Janeiro foi o segundo que mais destinou recursos para Segurança Pública, ficando atrás apenas de São Paulo (média de R\$ 13,93 bilhões).

O principal gasto é relativo à Administração Geral¹, que representou, em média no período, 85% do gasto total da função. Nota-se que em 2017 o valor liquidado da Função Segurança diminuiu consideravelmente em relação aos anos anteriores; uma das justificativas foi que de 2016 para 2017 os gastos com subfunção policiamento caíram 33%.

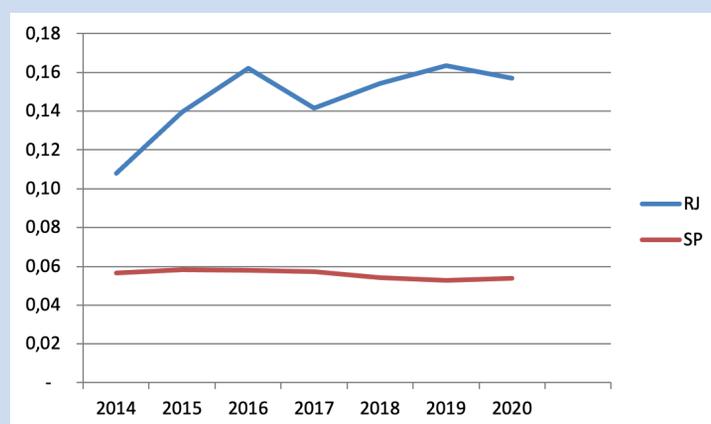
Embora o ERJ seja um dos que mais gasta com segurança, chama atenção a falta de investimento na área de inteligência e informação. No período de 2014 a 2020, os gastos totais na área foram de apenas R\$ 65 mil, ao contrário do estado paulista, que trata a inteligência e informação como uma

Gráfico 1 - Dotação Inicial e Realizado na Função Segurança Pública no ERJ (2014-2020)



Fonte: RREO. Último acesso em 01/10/2021.

Gráfico 2 - Peso da Função Segurança Pública no Orçamento Total do Estado do RJ e SP (2014 - 2020)



Fonte: RREO. Último acesso em 06/10/2021.

das prioridades, e onde no mesmo período foram gastos R\$ 2,40 bilhões. Cabe destacar que investir em inteligência é essencial tanto para a repressão de crimes quanto para prevenção. Além disso, a não priorização da inteligência colabora para que muitos crimes fiquem impunes, como o assassinato da Vereadora Marielle Franco², e o

ERJ registre o maior número de mortes por intervenções policiais.

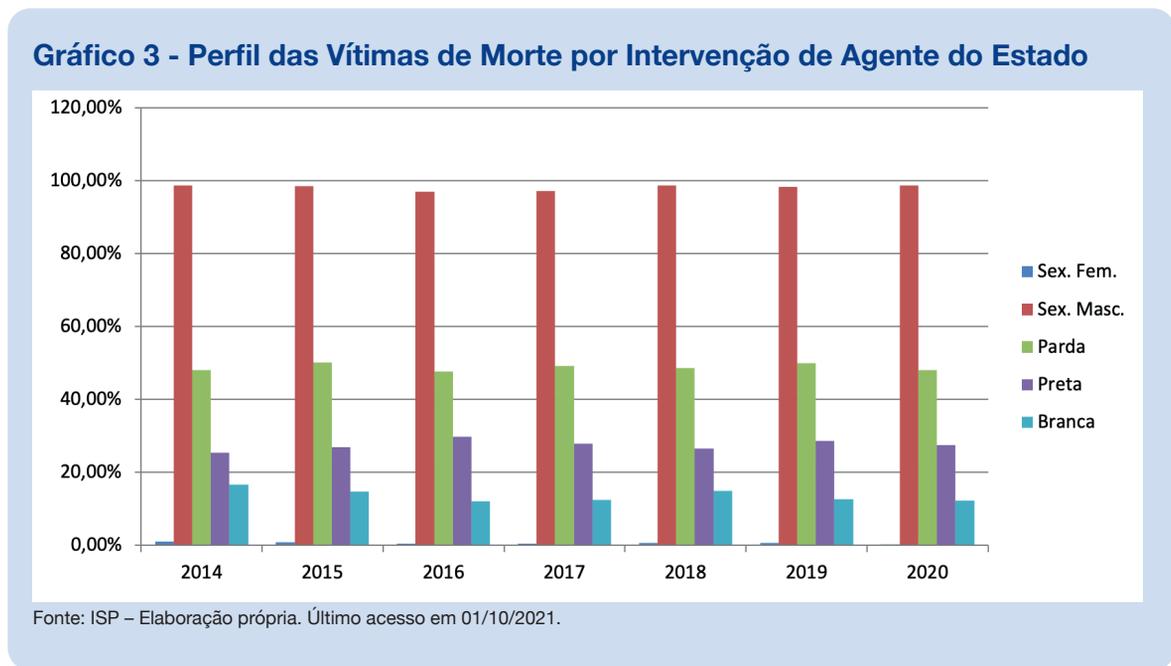
Já em 2021, até o 4º bimestre, R\$ 6,34 bilhões foram liquidados; tal valor corresponde a 55% da dotação inicial. Em relação aos investimentos em inteligência e informação, a expectativa é que tenha um avanço; trata-se, historicamente, do ano que apresentou a maior estimativa. A dotação inicial para essa subfunção foi de R\$ 20,32 milhões e o liquidado até o mês de agosto foi de R\$ 9,71 milhões.

Balas perdidas de alvos certos

O orçamento destinado à Segurança Pública é um retrato da cultura presente no governo. Como expresso na introdução, o punitivismo é uma marca expressa na construção da segurança do ERJ. Dessa forma, a conjuntura social deixada por um governo que não investe em inteligência e informação é caracterizada pelos relatos das ações violentas, principalmente destinadas à parcela da população marginalizada.

De acordo com o Atlas da Violência de 2021, ainda que as políticas de segurança pública tenham se tornado mais rígidas, o crescimento da taxa de homicídios, a partir de 1980, teve como destaque o crescimento da taxa de mortes violentas entre as pessoas negras, principalmente os mais jovens. A intensa concentração desse crime com alvo nesse segmento não é um fenômeno recente. Em 2019 o IPEA identificou que o risco relativo de homicídio por Cor/Raça é de 2,3 para o estado do Rio de Janeiro.

Observando os dados sobre letalidade violenta, disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, foram contabilizadas 7.874 mortes por intervenção de agente do Estado en-



tre 2014 e 2020. O número teve aumento progressivo com o passar da série histórica, crescendo em mais de 200% no comparativo entre o primeiro e o último ano. Como perfil, estas vítimas eram em sua maioria negras ou pardas e quase em 100% dos casos do sexo masculino.

No início da pandemia, o Supremo Tribunal Federal aprovou, através da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, a suspensão das operações policiais nas favelas. Isso possibilitou um declínio significativo dos indicadores de violência armada no início de 2020. Entretanto, o desacordo das forças de segurança em relação à ADPF fez com que já em 2021 fossem acentuados estes números. O número de mortes por armas de fogo no primeiro semestre de 2021 aumentou em 15% em relação ao mesmo semestre do ano anterior.

Ainda que o Rio de Janeiro seja um dos estados com maior gasto em segurança pública, a escolha das políticas e estratégias é questionável. A conjuntura de aumento em operações, 7% no primeiro semes-

tre do ano vigente, resulta no crescente número de mortes por armas de fogo nos conflitos gerados por estas. Dentre civis e policiais, o custo de oportunidade das operações e da lógica mantida por uma cultura institucional baseada em preconceitos são vidas de ambos os lados.

Considerações Finais

Ao analisar os dados orçamentários e os dados sociais da segurança pública do ERJ, notamos que o Estado, que deveria ser visto como guardião do direito de ir e vir, acaba sendo visto como mais uma ameaça, sobretudo para os jovens negros favelados, que ainda sofrem com a persistência do estereótipo de bandido ligado à sua figura. Sem dúvidas, também fica nítido que a aposta em aderir a uma política de enfrentamento não é eficaz e ainda colabora para o aumento da violência.

Dessa forma, é urgente a necessidade de uma reformulação na orientação política a respeito da segurança. Neste sentido, é importante ressaltar algumas mobilizações que lutam para mudar esta

realidade, como é o caso do Comitê de Prevenção aos Homicídios de Adolescentes do Rio de Janeiro, que atua ativamente para o fortalecimento de políticas e práticas de prevenção de violência e que no mês de agosto produziu a Carta-Compromisso Adolescente Seguro, com a participação de instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

Ao todo, a Carta-Compromisso reuniu 45 ações concretas a serem realizadas nos próximos 12 meses pelas instituições que fazem parte do Comitê. É fundamental reconhecer a atribuição de cada instituição e entender que a atua-

ção intersetorial é o melhor caminho para a proteção da vida e diminuição dos índices de violência em nosso estado.

1 Engloba gastos relativos às despesas financeiras e obrigatórias, pessoal e encargos sociais, manutenção das atividades operacionais, modernização e reequipamento das unidades.

2 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-investe-r-160-bilhoes-em-seguranca-mas-so-r1-9-bilhao-em-inteligencia/>

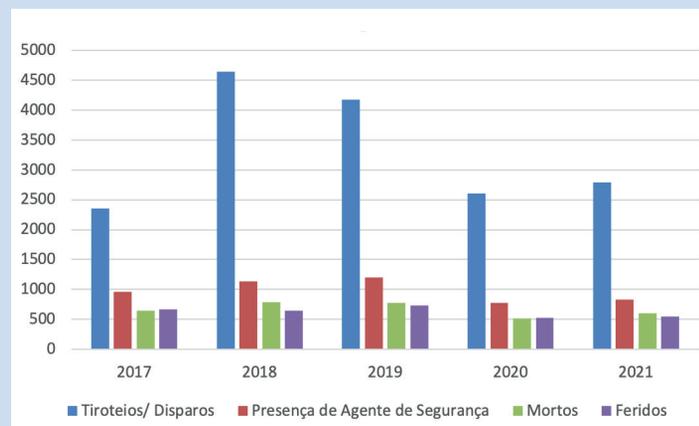
3 Foram comparados os primeiros semestres dos anos da série histórica.



PODCAST

CLIQUE E OUÇA

Gráfico 4 - Violência Armada na Região Metropolitana do Rio³



Fonte: Relatório Região Metropolitana do Rio – 1º semestre de 2021. Elaboração própria.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse www.corecon-rj.org.br/fpo-rj e www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj
 Coordenação: Ana Krishna Peixoto, Bruno Lins, Camila Bockhorny, Luiz Mario Behnken e Thiago Marques
 Assistentes: Carina Oliveira e Letícia Lessa
 Colaboração: Bruno Lopes e Karine Vargas

Dissertação de mestrando da PUC-Rio vence Prêmio Economista Carlos Lessa

A primeira edição do Prêmio de Dissertação Economista Carlos Lessa, promovido pelo Corecon-RJ, laureou o trabalho de mestrado de Daniel Malvezzi Doine, da PUC-Rio, intitulado *Intervenções Cambiais e Desvios na Paridade Coberta da Taxa de Juros*.

O nome do prêmio é uma homenagem do Corecon-RJ a Carlos Lessa, um dos maiores economistas brasileiros, que foi presidente do BNDES e reitor da UFRJ e faleceu em junho de 2020. Professor Lessa formou gerações de economistas e produziu uma obra im-



portante com reflexões em particular sobre teoria econômica, Brasil e sua cidade natal, objeto do livro *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima*.

Daniel Malvezzi Doine estu-

dou os efeitos no nosso país das intervenções cambiais nos desvios na Paridade Coberta da Taxa de Juros (PCJ), fenômeno observado entre as moedas das economias desenvolvidas desde a Grande Crise Financeira de 2008. Ele analisou as intervenções realizadas pelo Banco Central do Brasil de 2009 a 2020.

Os resultados do estudo, que foi orientado pelo professor Márcio Gomes Pinto Garcia, indicam que a venda de dólares no mercado futuro aumenta os desvios na PCJ, enquanto que compras de dólares têm o efeito oposto. A

oferta de dólares via contratos de recompra diminui os desvios no curto prazo. As intervenções no mercado à vista apresentam resultados inconclusivos.

O concurso avaliou dissertações de mestrado acadêmico ou profissional defendidas e aprovadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, em instituições com sede no estado do Rio de Janeiro. Cada instituição pôde inscrever até três dissertações. O vencedor faz jus a um prêmio de R\$6 mil, sujeito à incidência, dedução e retenção de impostos.